DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 05 | Nº. 10 | Ano 2024

A INSERÇÃO DA PARADIPLOMACIA EM ANGOLA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

THE INSERTION OF PARADIPLOMACY IN ANGOLA AS AN INSTRUMENT FOR LOCAL DEVELOPMENT

Edna Diogo Cristovão

RESUMO: A globalização evidenciou a crescente incapacidade dos governos centrais em gerir eficazmente as demandas de entes não centrais nas relações econômicas internacionais, enfraquecendo os Estados nacionais e permitindo a ascensão de novos atores. Esses agentes, antes inexistentes, agora dispõem de maior liberdade para perseguir seus próprios interesses, voltados ao desenvolvimento local. Com esse pressuposto, o trabalho analisa a inserção da paradiplomacia em Angola como instrumento de desenvolvimento local, buscando compreender sua viabilidade na formulação de políticas públicas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com o método bibliográfico como procedimento metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Paradiplomacia; Desenvolvimento Local; Angola

ABSTRACT: Globalization has highlighted the growing inability of central governments to effectively manage the demands of non-central entities in international economic relations, weakening nation-states and enabling the rise of new actors. These agents, previously nonexistent, now have greater freedom to pursue their own interests, focused on local development. Based on this premise, the study analyzes the insertion of paradiplomacy in Angola as a tool for local development, seeking to understand its viability in the formulation of public policies. The research adopts a qualitative approach, with the bibliographic method as its methodological procedure.

KEY WORDS: Paradiplomacy; Local Development; Angola

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

A INSERÇÃO DA PARADIPLOMACIA EM ANGOLA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Edna Diogo Cristovão[1]

INTRODUÇÃO

Este artigo se dedica ao estudo da paradiplomacia como fenômeno atual das Relações Internacionais e suas implicações na República de Angola. O sistema internacional enfrenta uma mudança estrutural que afeta o funcionamento das economias e mercados, a atuação dos Estados e as interações entre sociedades. Partindo desse pressuposto, o trabalho analisa a inserção da paradiplomacia em Angola como instrumento de desenvolvimento local. Ao tratar do processo de desenvolvimento, Matos (2023), citando Sen (2010), destaca que o desenvolvimento não deve ser visto apenas como o aumento da renda ou da produção econômica, mas como um processo voltado à expansão das liberdades e capacidades das pessoas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deve promover liberdades e oportunidades, garantindo que os indivíduos possam exercer suas escolhas e viver com dignidade. Com base nas ideias de Sen (2010), Martinelli e Joyal (2004), pretende-se demonstrar como a inserção da paradiplomacia pode acelerar o desenvolvimento local das províncias angolanas, evidenciando o papel dos entes subnacionais nesse processo, apesar de o tema ainda ser recente.

Assim, busca-se verificar a participação dos entes não centrais na política internacional e demonstrar como práticas paradiplomáticas podem ser utilizadas como instrumento de desenvolvimento local em benefício da coletividade. Além disso, pretende-se analisar como a criação de estruturas jurídicas adequadas nas províncias angolanas pode impulsionar novas formas de desenvolvimento e ampliar oportunidades em diversas áreas. Sendo que a paradiplomacia é entendida como o envolvimento de governos sub-nacionais na esfera internacional, em que estes compartilham com o governo central a responsabilidade pela sua população e seu território, devendo zelar e buscar desenvolvimento local. Partindo deste pressuposto, entende-se que a paradiplomacia é um importante meio de promoção de políticas sociais que podem garantir o desenvolvimento local (ROCHA, 2011, p.9).

Portanto, neste contexto, o presente trabalho é relevante diante da necessidade de explorar formas inovadoras de interação internacional que fortaleçam economias locais, promovam a transferência de tecnologia e conhecimento, e aumentem a visibilidade de regiões subnacionais em um cenário global. Busca-se compreender como a paradiplomacia pode atuar como uma

[1] Bacharel em Humanidades e graduada em Relações Internacionais, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria. ednacristovaoufsm@gmail.com

ferramenta estratégica para o desenvolvimento local. Desse modo, a escolha do tema se justifica pelo potencial do país em utilizar a paradiplomacia para promover o desenvolvimento das províncias, especialmente diante das disparidades regionais e dos desafios econômicos e sociais enfrentados. O objetivo do presente estudo é analisar como a paradiplomacia pode ser utilizada como um instrumento estratégico para o desenvolvimento local de Angola. Para isso, a pesquisa adota a metodologia bibliográfica como principal abordagem, permitindo a análise de conceitos relacionados à paradiplomacia e ao desenvolvimento local. Essa estratégia metodológica possibilita a construção de uma base teórica sólida para compreender a interação entre os dois temas e identificar estratégias aplicáveis ao contexto angolano.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARADIPLOMACIA

A paradiplomacia, também chamada de diplomacia subnacional, refere-se à atuação internacional de governos subnacionais, como estados, províncias e municípios. Para Soldatos (1993), trata-se das atividades internacionais desenvolvidas por atores subnacionais – unidades federais, regionais, comunidades urbanas, cidades – que apoiam, complementam ou corrigem a diplomacia do Estado-nação. O prefixo "para" indica o exercício da diplomacia fora da estrutura tradicional estatal, historicamente vinculada à condução pacífica das relações entre Estados e organizações internacionais. Segundo Lecours (2008), a paradiplomacia envolve a participação de entidades subnacionais em atividades internacionais por meio de cooperação bilateral ou multilateral, visando a promoção de seus interesses econômicos, políticos, culturais ou sociais. Distingue-se da diplomacia tradicional por ser conduzida por atores não estatais que buscam complementar, e não substituir, as ações dos governos centrais.

A paradiplomacia manifesta-se quando regiões subnacionais assumem um papel mais ativo no cenário internacional, desenvolvendo iniciativas próprias no campo econômico e político, sem depender exclusivamente do governo central. Esse fenômeno reflete a tentativa dessas regiões de ampliar sua autonomia administrativa e política, reforçando sua capacidade de articulação externa.

> O termo paradiplomacia surge para compensar a insuficiência do vocabulário diplomático para explicar inúmeras relações internacionais que ocorrem e que independem de ações originais nas estruturas estatais dos governos centrais. "Intensificando o movimento transfronteiriço, tornando as fronteiras entre os países cada vez mais porosas e integradas, nos âmbitos econômico, social e cultural, estimulando relações recíprocas (DIAS, 2010, p.12).

A paradiplomacia pode ser entendida como um processo de segmentação de atores e políticas, assumindo posturas tanto conflitivas, quando há discordância entre o ator central e os entes subnacionais, quanto cooperativas e racionais, nas quais o governo central aceita ou apoia as

ações dos atores subnacionais, podendo coordená-las ou apenas monitorá-las (SOLDATOS, 1990, p. 25). As motivações para a atuação internacional subnacional estão associadas à necessidade de suprir demandas locais nos âmbitos econômico, político, cultural e social. Cada cidade possui características e desafios específicos, o que direciona sua atuação para áreas que melhor se ajustam ao seu perfil (BARCELOS, 2022, p. 38).

Nesse contexto, a paradiplomacia tem raízes no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando regiões como Quebec, na década de 1960, iniciaram parcerias internacionais para fortalecer sua identidade cultural e econômica. Desde então, países federativos como Canadá, Estados Unidos, Brasil e Espanha tornaram-se referências na atuação paradiplomática. Com o aprofundamento da interdependência econômica e a necessidade de ações localizadas para desafios globais, como mudanças climáticas, pobreza e urbanização, a paradiplomacia consolidou-se como um instrumento de inserção global de governos subnacionais. Em síntese, conforme os autores analisados, a paradiplomacia expande as capacidades locais no cenário internacional, permitindo que regiões e cidades desenvolvam soluções próprias para seus desafios e promovam o desenvolvimento. Para ser eficaz, exige planejamento estratégico, coordenação com governos centrais e investimentos na capacitação de atores locais.

A RELAÇÃO ENTRE PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A paradiplomacia configura-se como uma oportunidade estratégica para fortalecer o desenvolvimento local por meio de parcerias internacionais, captação de investimentos e intercâmbio de boas práticas. Esse processo pode impulsionar significativamente o desenvolvimento local, permitindo que governos subnacionais estabeleçam relações internacionais para atrair investimentos, fomentar a cooperação técnica e ampliar oportunidades. Conforme Sareta e Crescente (2004, p. 08), “o desenvolvimento local destaca a função exercida pelos distritos, municípios e regiões no crescimento do país, baseado no dinamismo que as economias destas localidades oferecem”. O desenvolvimento local é abordado aqui sob a perspectiva da dimensão humana, na qual a comunidade não é apenas beneficiária, mas também agente ativa, participando do planejamento e da execução de estratégias para solucionar desafios locais.

O território municipal e regional constitui um espaço dinâmico e contínuo de interação socioeconômica, no qual se busca construir, a partir da economia, diferentes dimensões do desenvolvimento integrado, abrangendo aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, tecnológicos e institucionais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local não é um fim em si mesmo, mas um meio para fortalecer e valorizar os recursos tangíveis e intangíveis da localidade (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 34). A ativação e valorização das competências locais, tanto

humanas quanto estruturais, favorecem a melhoria das condições de vida, promovendo um crescimento econômico sustentável e socialmente inclusivo.

> (...) um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2008, p.25).

O desenvolvimento local refere-se ao processo de aprimoramento das condições econômicas, sociais e ambientais em uma comunidade específica. Segundo Martinelli e Joyal (2002), esse processo exige articulação entre diversos atores e esferas de poder, incluindo sociedade civil, organizações não governamentais, instituições privadas e públicas e o próprio governo. A atuação conjunta desses agentes dentro de determinada localidade possibilita melhorias para todos os moradores, promovendo maior oferta de empregos, espaços de lazer e comércio. Os autores evidenciam que a paradiplomacia contribui significativamente para esse processo ao atrair investimentos internacionais, permitindo que estados negociem diretamente com empresas e governos estrangeiros. Além disso, fomenta a cooperação técnica por meio de parcerias internacionais que viabilizam a transferência de conhecimento e tecnologia, ampliando redes globais.

A participação em fóruns e organizações internacionais confere visibilidade e cria oportunidades para localidades menores. Por exemplo, municípios podem firmar acordos com cidades-irmãs no exterior, para compartilhar boas práticas em áreas como saúde pública, infraestrutura e educação, impactando diretamente o desenvolvimento de suas comunidades. O desenvolvimento local, contudo, resulta de um conjunto de ações complementares que devem ser promovidas pelos próprios beneficiários desse processo. Nesse sentido, a paradiplomacia funciona como uma ferramenta estratégica para auxiliar localidades, cidades e regiões na formulação e implementação de políticas voltadas ao fortalecimento e qualificação de suas estruturas internas, criando condições sociais e econômicas que favoreçam a geração e atração de novas atividades produtivas.

ASPECTOS GEOGRÁFICO, MACROECONÔMICO E SOCIAIS DE ANGOLA

Angola está localizada na costa ocidental da África Austral, ao sul da linha do Equador, fazendo fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao sul com a Namíbia, a leste com a Zâmbia e a oeste com o Oceano Atlântico. Sua língua oficial é o português, além de diversas línguas nacionais. O país possui 18 províncias e 163 municípios, tendo Luanda como capital. Uma parte estratégica do território, o enclave de Cabinda, está separada do restante do país por uma estreita faixa de aproximadamente cinquenta quilômetros. [2] O território do país possui uma estrutura geológica que possibilita a formação de riquezas minerais de grande relevância econômica, incluindo recursos energéticos como petróleo, gás natural e carvão, minerais metálicos como ferro, cobre e manganês, além de minerais não metálicos como diamantes, quartzo e fosfato, e recursos radioativos como a torbenite (MENEZES, 2000, p. 409). De modo geral, a geografia de Angola é marcada por uma significativa diversidade, abrangendo planícies costeiras, planaltos no interior, florestas tropicais e savanas. Essa variedade confere ao país condições favoráveis para a exploração de diferentes atividades econômicas.

Outrossim, Angola se destaca como uma das maiores economias da África Subsaariana, cujo desempenho macroeconômico tem sido influenciado por fatores como a volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional. Analtina Martinho (2021) salienta que Angola é a segunda maior produtora de petróleo do continente, e o setor petrolífero desempenha um papel crucial na economia do país. O petróleo representa cerca de 90% das exportações e mais de 50% das receitas fiscais, evidenciando uma forte dependência econômica desse recurso. No entanto, o crescimento econômico do país é cíclico, alternando entre períodos de expansão e contração, em grande parte devido à instabilidade dos preços do petróleo. Matos (2023) observa que, apesar do crescimento econômico associado à produção petrolífera, Angola ainda enfrenta desafios estruturais significativos, como pobreza, desigualdade e falta de diversificação econômica. Segundo o autor, grande parte da população vive em condições precárias, com acesso limitado a serviços essenciais como saúde, educação e saneamento. Além disso, a economia angolana continua altamente concentrada em poucos setores, o que restringe as oportunidades de emprego e o desenvolvimento de outras áreas produtivas (MATOS, 2023, p. 44).

Com base nessa perspectiva, compreende-se que a economia angolana enfrenta desafios estruturais que afetam diretamente seu crescimento e desenvolvimento, marcado por ciclos de expansão e retração. Nesse contexto, estudos indicam que a diversificação econômica tem sido uma prioridade governamental, com esforços voltados para o fortalecimento de setores como agricultura, pesca, energia e infraestrutura, buscando reduzir a dependência do petróleo e promover um crescimento mais sustentável.

[2] Instituto Nacional de Estatística, 2014.

A INSERÇÃO DA PARADIPLOMACIA EM ANGOLA

A globalização intensificou a crescente incapacidade dos governos centrais de gerir de forma eficaz as demandas de entes não centrais no âmbito das relações econômicas internacionais. "A nova agenda imposta por esse processo cria oportunidades para que políticas que não recebem a devida atenção do Estado sejam abordadas por outros entes de sua estrutura interna" (GUILHERME, 2013, p. 45).

> A nova onda da globalização configura-se como o principal processo que acelerou a aproximação dos Estados e sociedades, aprofundou suas interdependências, mas também enfraqueceu o papel dos Estados nacionais, e, em contrapartida, possibilitou a ascensão de novos atores nesse sistema, em nível local, regional e internacional (SILVA; RIZZI, 2021, p. 2).

Nesta perspectiva, agentes anteriormente inexistentes ou não oficialmente reconhecidos agora dispõem de maior liberdade para perseguir seus próprios interesses dentro da esfera jurídica. Esses interesses emergem da busca pelo desenvolvimento local, no qual a descentralização econômica e política desempenha um papel fundamental, permitindo que atores locais articulem suas ações em níveis local, regional e internacional com outros entes que compartilham objetivos comuns (LEONARDO, 2022). A inserção da paradiplomacia em Angola destaca-se como um tema relevante no contexto da descentralização e globalização, em que governos subnacionais assumem um papel ativo na promoção do desenvolvimento local por meio de iniciativas internacionais. Embora Angola seja um Estado unitário, o fortalecimento das autoridades locais e regionais nos últimos anos tem criado oportunidades para que a paradiplomacia se torne uma ferramenta estratégica na superação de desafios socioeconômicos e na promoção da integração global.

Em Angola, a paradiplomacia pode ser uma estratégia eficaz para lidar com desigualdades regionais, falta de infraestrutura, pobreza e desemprego. Através de parcerias internacionais, províncias e municípios podem acessar recursos financeiros e técnicos que complementam as ações do governo central. Sob essa perspectiva, essas unidades subnacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento local, pois sua proximidade com os cidadãos permite atender de forma mais direta e adaptável às necessidades da comunidade, superando as limitações frequentemente enfrentadas pelo governo central.

Pavanelli (2012) aponta que esses entes podem buscar investimentos para dinamizar a competitividade do mercado e intensificar sua participação no processo de desenvolvimento. Essa dinâmica contribui para a melhoria da eficiência das relações exteriores e possibilita a combinação de esforços entre diferentes níveis governamentais, criando oportunidades para reduzir

deficiências internas e fortalecer a política externa do país. Nesse sentido, Silva e Rizzi (2021) ressaltam que a autonomia desses entes se reflete na existência de uma lei orgânica que permite ao governo local organizar, regular e assumir responsabilidades na gestão de recursos públicos e na implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento local. Para Sérgio Buarque (2008), o desenvolvimento local exige o fortalecimento do dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população por meio da exploração das potencialidades da paradiplomacia como um meio de viabilizar esse crescimento.

Buarque (2008) também enfatiza que o desenvolvimento local requer transformações institucionais e públicas, aumentando a capacidade de governança sobre as províncias. Esse processo caracteriza-se pela convergência de ações emergentes e complementares capazes de romper com a dependência do subdesenvolvimento e superar os atrasos das localidades periféricas, promovendo transformações sociais. As províncias angolanas podem impulsionar um desenvolvimento endógeno eficiente ao explorar as potencialidades diplomáticas que favorecem o crescimento local. Angola, sendo um país rico em recursos minerais e naturais, tem a capacidade de gerar desenvolvimento por meio de investimentos em tecnologia, ciência, inovação e sustentabilidade.

> Com isso, podemos observar que, com essa internacionalização, as províncias se beneficiam de parcerias realizadas por meio de acordos de cooperação transnacional (cooperação técnica, descentralizada, política, bilateral e multilateral) e de aproximação na questão geopolítica, onde países estrangeiros que contemplam características similares corroboram no firmamento de laços de cooperação. Com relações bilaterais e multilaterais entre Estados nacionais, periféricos e emergentes e essa "intensificação de parceria estratégica propicia aos governos locais utilizar a paradiplomacia como alternativa para operar frente ao surgimento da nova agenda de politização nos contextos internacionais e regionalizados" (SILVA; RIZZI, 2021, p.30).

Okazaki (2007) destaca que os governos subnacionais podem buscar alternativas para atender às demandas locais, reduzindo sua dependência do apoio financeiro e estrutural do governo central, bem como das políticas e programas generalizados. Nesse sentido, "a paradiplomacia possibilita dinamizar as relações entre os governos subnacionais e atores internacionais, facilitando e encurtando o caminho para trocas entre os agentes" (SIQUEIRA, 2012, p. 13). Embora a paradiplomacia seja amplamente reconhecida como uma ferramenta viabilizadora do desenvolvimento local e fortalecedora da integração global dos governos subnacionais, em países centralizados como Angola, ela é frequentemente percebida como uma ameaça à autoridade do governo central. Esse receio decorre da possibilidade de enfraquecimento da autoridade estatal, fragmentação do poder político, concorrência por recursos e influência, impacto na política externa nacional e, em alguns casos, estímulo a agendas separatistas.

Angola é um Estado unitário, no qual o poder político e administrativo está fortemente concentrado no governo central. A Constituição de 2010 introduziu medidas para promover a descentralização, mas sua implementação tem sido limitada devido a fatores históricos e políticos. Nesse contexto, a prática da paradiplomacia, ao ampliar a autonomia dos governos locais para atuarem no cenário internacional, pode ser vista como um desafio ao controle do governo central sobre as políticas externas e os recursos financeiros do país. Contudo, Guilherme Iser (2013) argumenta que é inviável que as províncias violem as diretrizes estabelecidas pelo governo central, uma vez que não possuem autonomia jurídica para firmar tratados internacionais que envolvam questões de política externa ou que possam conflitar com os interesses da entidade central.

Apesar da resistência, algumas províncias angolanas têm explorado iniciativas internacionais, especialmente em áreas como cooperação técnica e turismo. No entanto, essas ações são frequentemente monitoradas pelo governo central para evitar a perda de controle sobre políticas estratégicas. Exemplos como as províncias de Cabinda e Zaire ilustram os desafios relacionados à governança local e aos movimentos separatistas, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre autonomia local e supervisão central. A questão aqui exposta indica que permitir que essas regiões conduzam relações paradiplomáticas de maneira mais autônoma poderia aumentar a atenção às demandas internas e contribuir para respostas mais eficazes a desafios locais. A resistência à paradiplomacia em Angola evidencia a necessidade de um equilíbrio entre descentralização e governança centralizada. Para isso, torna-se essencial definir limites claros para a atuação paradiplomática, promover o diálogo entre os diferentes níveis de governo e investir na capacitação dos governos locais, permitindo que exerçam suas funções de forma eficiente.

Em Angola, a paradiplomacia é vista como uma ferramenta promissora, especialmente diante do crescente protagonismo de atores não estatais no cenário internacional. No entanto, a presença desses atores subnacionais é frequentemente percebida pelo Estado angolano como uma possível ameaça, gerando uma relação de concorrência. Como consequência, o Estado angolano não oferece às províncias instrumentos legais e constitucionais que viabilizem a prática da paradiplomacia. Não há uma legislação específica nem arranjos institucionais que permitam sua implementação de maneira formal e estruturada. Sem uma "estrutura interna em que entidades locais possuam autonomia, personalidade jurídica interna e recursos, não há condições ideais para o desenvolvimento da paradiplomacia" (LEONARDO, 2022, p.5). Dessa forma, os governos subnacionais continuam desprovidos de atribuições constitucionais para estabelecer relações externas, prerrogativa exclusiva do governo central.

> Portanto, a participação internacional geralmente não viola regulamentações dos órgãos nacionais e sim, gera oportunidades para as províncias que buscam seus desenvolvimentos locais. Nesta perspectiva, "tais ações são frutos de interesses regionais que exigem atuação direta dos entes locais devido à quantidade de

> demandas politicamente sensíveis dirigidas ao Estado-Nação" (ZANINI, 2021, p.55).

Diante das crises do Estado-nação, das transformações e das novas configurações e demandas internacionais, torna-se essencial a formulação de estratégias eficazes para um processo endógeno de mudança que possibilite às províncias, por meio da autonomia, assumir um papel mais ativo na construção de políticas públicas e na busca por alternativas para a resolução de problemas locais.

> A utilização da paradiplomacia como um instrumento propulsor do desenvolvimento local em Angola que busca soluções para demandas e problemas públicos existentes em Angola torna-se uma necessidade para a diversificação de possibilidades que podem cada vez mais ser exploradas. No entanto, a busca por programas, instituições, organizações internacionais que oferecem recursos financeiros para a realização de projetos e políticas públicas voltada ao desenvolvimento local" (BARCELO, 2012, p.11).

Contudo, a paradiplomacia pode oferecer às províncias de Angola a oportunidade de expandir seu horizonte, fortalecendo redes de contatos e parcerias, tanto locais quanto estrangeiras, para impulsionar o desenvolvimento endógeno do país. No entanto, como destaca Hanna Barcelos (2022), não basta apenas identificar o problema; é necessário definir as áreas prioritárias, elaborar projetos, formular políticas públicas e implementar programas que permitam alcançar objetivos previamente estabelecidos. A paradiplomacia tem potencial para atuar como uma agenda propulsora e complementar ao desenvolvimento local em Angola, mas a ausência de oportunidades concretas de atuação para os atores subnacionais limita seu impacto. Essa prática pode contribuir para garantir o desenvolvimento local e regional, possibilitando a captação de investimentos externos e servindo como um meio eficaz para atender às necessidades imediatas da população. Assim, torna-se essencial explorar alternativas que permitam fortalecer o papel desses atores na promoção do desenvolvimento endógeno do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da conjuntura atual, a preocupação com o desenvolvimento transcende a mera expansão econômica. Diversos estudos analisam o desenvolvimento sob múltiplos aspectos e as complexidades que o envolvem, superando a visão tradicional que o associava exclusivamente ao crescimento econômico. Compreende-se, portanto, que o desenvolvimento é um fenômeno social complexo e, ao focar no desenvolvimento local, prioriza-se a valorização dos indivíduos, reconhecendo-os como agentes ativos de transformação. Nesse contexto, a globalização tem provocado mudanças significativas nos campos político e econômico, favorecendo a inserção de

atores subnacionais no cenário internacional. A participação crescente de governos subnacionais na esfera global demonstra essa tendência, e, em Angola, a autonomia desses entes poderia facilitar sua inserção em redes internacionais, fortalecendo a cooperação com outros Estados e abrindo novos caminhos para o desenvolvimento endógeno.

Assim, a paradiplomacia apresenta-se como uma ferramenta potencialmente propulsora e complementar ao desenvolvimento local. Essa prática pode colaborar com o governo central na implementação de estratégias de crescimento regional, facilitando a captação de investimentos externos e servindo como meio para atender a demandas imediatas. A busca por oportunidades em diversas áreas para impulsionar o desenvolvimento local torna-se essencial, e a autonomia desses entes pode ser um fator determinante para novas formas de crescimento sustentável em Angola. Entretanto, para que a paradiplomacia seja eficaz, é necessário investir na capacitação dos agentes locais, estabelecer diretrizes regulatórias claras e garantir a integração com as políticas nacionais. Dessa forma, Angola poderá não apenas fortalecer suas regiões internas, mas também posicionar-se de maneira mais dinâmica no cenário global, gerando benefícios econômicos, sociais e culturais.

Por fim, tanto o governo central quanto os governos subnacionais desempenham um papel decisivo na formulação e execução de políticas voltadas ao bem-estar da população. O desenvolvimento local, ao priorizar as necessidades dos indivíduos e as especificidades de cada região, torna-se um fator essencial para a construção de um Estado mais equitativo e fortalecido no que se refere às suas capacidades humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tânia. Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR, L. (Org.), POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 211-225.

BARCELOS, Hanna. **A Paradiplomacia como Potencialidade do Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso de Uberlândia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

BUARQUE, Sergio C**. Construindo o desenvolvimento local sustentável de Buarque**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CINTRA, Leonardo Abrantes da Rocha. **Paradiplomacia: Uma Proposição para a Internacionalização do Município de Franca/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), 2022.

DIAS, Reinaldo. Paradiplomacia: ferramenta de inclusão internacional dos municípios. **Revista de Administração Municipal**, ano 57, n. 274, p. 52-59, 2010.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 211-225.

GESSI, Nedisson; ALLEBRANDT, Sergio; THESING, Nelson; VARGAS, Melissa; ALMEIDA, Magalia. Regiões Transfronteiriças: Desafios para o Desenvolvimento, Cooperação e Integrado Regional. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – FACCAT** – Taquara/RS, vol. 18, n.4, out/dez.2021.

ISER, Guilherme de Cruzeiro. **Os Entes Subnacionais nas Relações Internacionais: O Fenômeno da Paradiplomacia**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LECOURS, André. "Paradiplomacy: Cities and States as Global Players". In: PAQUIN, Stéphane; GREENWOOD, John (Eds.). **Governance and Public Policy in Canada**: **A View from the Provinces**. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

MARTINHO, Analtina. **O Papel do Setor Bancário no Crescimento Econômico de Angola**. Dissertação (Relatório de Dissertação de Investigação do Mestrado em Contabilidade e Finanças) Escola Superior de Ciências Empresariais. 2021.

MATOS, José Fernando de. **O papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

OKAZAKI, Thalita M. Sugisawa. O Desenvolvimento Local Através das Relações Internacionais: A questão da paradiplomacia. In: **1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, Brasília, 2007.

PAVANELLI, Rafael de Carvalho. Paradiplomacia: A Inserção e Atuação Internacional da Cidade de São Paulo no Período de 2005-2008. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, vol. 12, n. 01, p. 1-15, 2012.

ROCHA, William Monteiro. "Paradiplomacia, Desenvolvimento e Integração Regional de Cidades Amazônicas: Desafios e Especificidades do Estado do Pará". In: **Anais do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ENABRI)**, São Paulo, 2011.

SALOMÓN, Mónica. "A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas". In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (Org.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 197-226.

SEBASTIÃO, João Mahinga. **Aspectos do mercado de trabalho em Angola: o período colonial, após a independência e o período após o fim da guerra civil década de 2010**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p.409, 2000.

SARRETA, Cátia Rejane Liczbinski; CRESCENTE, Lúcia Ottonelli. Desenvolvimento Endógeno. In: ICTR 2004 – Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis, SC, 2004. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável.** Florianópolis, 2004.

SILVA, Guilherme Pacelli Ribeiro da; RIZZI, Kamilla Raquel. **A paradiplomacia como instrumento de políticas públicas: uma análise da atuação governamental de Campinas/SP com atores estatais e não estatais da República Popular da China (2009-2020)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública), Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2021.

SIQUEIRA, João Ricardo Pessoa Xavier de. **A paradiplomacia como instrumento viabilizador do desenvolvimento local: estudo de caso a partir da atuação internacional do estado de Pernambuco e da cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, João Pessoa, 2012.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-Policy Actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Eds.). **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units.** New York: Oxford University Press, 1990, p. 34-53.

ZANINI, Fernanda Nênes. **A paradiplomacia no estado do Pará: uma análise referente às políticas exercidas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC) em busca de investidores externos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2021.

ZAU, Filipe. **Angola: Trilhos para o Desenvolvimento**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

OUTROS DOCUMENTOS:

BBB. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola.** Instituto Nacional de Estatística, 2014. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Publicado pelo INE em março de 2016. Acesso em: 28/11/ 2023.

Recebido em: 14/11/2024
Aprovado em: 22/12/2024